

**DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NA SAÚDE COLETIVA
COM UM GRUPO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD): VISÃO DE UM
GRUPO DE ESTÁGIO**

**CHALLENGES OF PHYSIOTHERAPISTS' WORK IN PUBLIC HEALTH WITH
A GROUP OF PEOPLE WITH DISABILITIES (PWD): VIEW OF AN
INTERNSHIP GROUP**

Adricheli Peruzzo¹, Alessandra Maria de Moura Brancher¹, Cinara Vieira dos Santos Batistello¹, Emily Suzane Alves Silvã, Sheli Aparecida Corrêa¹, Luana Dryer², Anderson Brazilio², Rosária Gallo Tuerlinckx²

¹Acadêmico do Curso de Fisioterapia da UCEFF/UNETRI Itapiranga

²Docente do Curso de Fisioterapia da UCEFF/UNETRI Barracão

Introdução: O presente texto aborda a importância e os desafios da participação do fisioterapeuta no contexto da prevenção e promoção de saúde da população PCD, no intuito de promover orientação em saúde, melhorar a qualidade de vida e reduzir os riscos de novos agravos em seu quadro de saúde. Trata-se de um movimento que reconduz o papel do profissional fisioterapeuta para além do papel reabilitador ao qual normalmente se vincula, auxiliando o paciente a tornar-se o protagonista do seu cuidado, mesmo com as limitações funcionais e/ou cognitivas que venha apresentar. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, caracterizada por um estudo dedutivo da literatura pesquisada em base de dados eletrônicas: SciELO, livros, Revista Saúde Pública por meio de produções científicas a partir do ano de 2017. Foram inseridas as palavras-chaves principais como: Saúde Coletiva, Fisioterapia e Pessoas com Deficiência. (PCD). A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), define que a atenção primária no Brasil se caracteriza pela descentralização dos serviços de saúde, visando oferecer acesso próximo ao cotidiano das pessoas. Esta abordagem se baseia em princípios como universalidade, acessibilidade, continuidade do cuidado e integralidade, e é guiada por diretrizes como responsabilidade, humanização, equidade e

REVIVA / Revista do Centro Universitário FAI – UCEFF / Itapiranga – SC, v 3. n.1, 2024
ISSN 2965-0232

participação social. Apesar dos avanços desde a Constituição de 1988, que assegurou saúde como um direito universal, desafios como desigualdades de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) persistem, conforme enfatizado por (NIED et al, 2020). Conforme Souza (2023), a eficácia na abordagem dos diversos aspectos que afetam a saúde e a doença é amplificada pela atuação de equipes multidisciplinares. A interação e cooperação entre especialistas de diferentes campos são cruciais para garantir um cuidado abrangente e eficiente à população. Esta abordagem, que une diferentes conhecimentos e práticas, não só enriquece o processo de cuidado em saúde, mas também assegura soluções mais efetivas e abrangentes para os desafios encontrados no campo da saúde pública. Segundo Alves et al (2020), a Fisioterapia tem ampliado sua relevância no Sistema Único de Saúde (SUS), sendo reconhecida nos níveis de atenção primária, secundária e terciária. Historicamente associada à reabilitação, a profissão evoluiu para incorporar também a prevenção e promoção da saúde a partir de 1980. Contudo, a atenção primária ainda está em construção, com desafios em superar a percepção do fisioterapeuta apenas como reabilitador. As diretrizes do COFFITO destacam a necessidade de ações preventivas, diagnóstico precoce e reabilitação. A Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPCD), estabelecida em 2012 pelo Ministério da Saúde, busca transformar a abordagem tradicionalmente fragmentada e especializada no cuidado a pessoas com deficiência (PCD) no Sistema Único de Saúde (SUS). Esta iniciativa adota a estrutura de Rede de Atenção à Saúde (RAS), caracterizada por uma organização poliarquia de serviços de saúde interconectados, visando oferecer cuidado contínuo e integral à população.

O objetivo desse trabalho é refletir sobre os desafios e as estratégias dos profissionais fisioterapeutas na atuação primária e saúde coletiva. Com foco no atendimento das Pessoas com Deficiência (PCD), que geralmente são vistas como público que pode ser reabilitado, mas que também podem receber promoção de saúde, informações de qualidade e atividades em grupo.

DISCUSSÃO Segundo Carvalho (2020), devido às mudanças demográficas e epidemiológicas, aliadas à implementação do ESF (Estratégia de Saúde da Família), surgiu a necessidade de integrar Fisioterapeutas nas Unidades

Básicas de Saúde (UBS) e possibilitar sua atuação em diversos programas, como, saúde da mulher, saúde do idoso, gestantes, saúde da criança, entre outros. Com foco na prevenção de doenças e na promoção e manutenção da saúde, os fisioterapeutas contribuem para a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Conforme Macedo, Almeida e Arce (2023), o reforço da Atenção Básica (AB) inclui estratégias para melhorar a chegada do usuário aos serviços de saúde, valorizar o papel do profissional generalista e incentivar as equipes da AB a assumirem um papel mais coordenador. Fortalecer este nível de atenção é essencial para a eficácia da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPCD) como um todo. Ainda nesse contexto os autores detalham que, a Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012, tem como objetivos da RCPCD ampliar o acesso e melhorar a qualidade do atendimento às pessoas com deficiência, promovendo o vínculo dessas pessoas e suas famílias com os serviços de saúde e garantindo a articulação e integração desses serviços no território. A acessibilidade é um aspecto chave para alcançar esses objetivos, pois permite que os usuários acessem os serviços com qualidade. A acessibilidade é definida como a capacidade de usar de forma segura e autônoma o espaço urbano e rural, incluindo transporte, comunicação e tecnologias. De acordo com Missel, da Costa e Sanfelice (2017), a reabilitação de pessoas com deficiência física é um processo complexo que exige uma abordagem humanizada e inclusiva. Em sua pesquisa qualitativa e descritiva, os autores destacam a necessidade de superar barreiras significativas, como o acesso inadequado aos serviços de saúde, a ineficiência das políticas públicas e a falta de capacitação sociocultural dos profissionais de saúde. Eles sublinham a importância de uma formação acadêmica abrangente para os profissionais e de políticas públicas eficazes que promovam a inclusão social das pessoas com deficiência física. Nos últimos anos, a Fisioterapia tem se destacado significativamente no cuidado à saúde da população, marcando presença nos três níveis de atenção do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Especialmente no nível da atenção primária, ainda em fase de desenvolvimento, o fisioterapeuta vem superando a visão tradicional de ser apenas um profissional de reabilitação, concentrado nos níveis secundário e

terciário. A ampliação do escopo de atuação dos fisioterapeutas nas Equipes de Saúde da Família representa um desafio contínuo para as instituições de ensino e profissionais atuantes no SUS. (ALVES et al., 2020) Ainda segundo os autores Alves et. al. (2020), esta mudança tem sido impulsionada desde a década de 1980, quando a fisioterapia começou a incorporar a prevenção e promoção da saúde em sua área de atuação. As diretrizes do Conselho Federal de Fisioterapia (COFFITO) e as diretrizes curriculares dos cursos de graduação em saúde destacam a importância da atenção integral à saúde, incluindo ações preventivas e de promoção de saúde, além da reabilitação. Assim, o papel do fisioterapeuta na atenção primária à saúde está em constante evolução, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população. Conforme Gomes et al. (2018), a participação do fisioterapeuta na Estratégia de Saúde da Família (ESF) impede o agravamento de doenças, ao mesmo tempo em que reduz os prejuízos e as limitações já existentes. Além de incluir o fisioterapeuta na ESF, sua integração às equipes busca estabelecer pontos de interseção, promovendo ações colaborativas entre os profissionais para facilitar e incentivar a adoção de uma abordagem holística da saúde. A partir da definição de Gomes et al. (2018), percebe-se que é de grande relevância a interconexão das estratégias de saúde e da colaboração entre profissionais de diferentes áreas para apoiar as pessoas com deficiência. Essa proximidade seria imprescindível para auxiliar aqueles em situações mais vulneráveis a encontrar um grupo que contribua para o seu desenvolvimento. Nesse contexto, percebemos que as estratégias de saúde são essenciais para o público PCD, pois proporcionam abordagens específicas e adaptadas às necessidades individuais, visando melhorar a qualidade de vida e promover a inclusão. Os projetos e grupos que abrangem o público deveriam receber intervenções personalizadas, acessibilidade em serviços de saúde e ações que considerem as diversas dimensões da deficiência, contribuindo para um cuidado mais abrangente e eficaz. A partir da ideia do autor, podemos observar que os desafios no trabalho com o público PCD variam, dependendo das limitações específicas de cada indivíduo. Essas limitações podem incluir a necessidade de adaptações no ambiente, como rampas, elevadores, entre

outros, ou seja, acessibilidade adequada. Além disso, um dos principais desafios é a falta de recursos e políticas públicas inclusivas. Portanto, investir em recursos adequados, promover a sensibilização dos gestores e garantir ambientes acessíveis são passos importantes para superar essas limitações e permitir que o profissional fisioterapeuta consiga realizar um trabalho efetivo na atenção primária para esse público específico. A falta desses investimentos e a lentidão na implementação de medidas inclusivas podem representar barreiras significativas para o pleno envolvimento e participação das pessoas com deficiência na sociedade. A escassez de recursos para atender às necessidades do público PCD impacta negativamente a qualidade de vida dessas pessoas, além de acarretar ao setor público despesas maiores do que teriam se essas demandas de saúde fossem resolvidas nesse nível de atenção primária. Tomando como pressuposto todas as ideias expostas anteriormente, conclui-se que a atuação do fisioterapeuta na saúde coletiva, vem se apresentando como um grande desafio no dia a dia da profissão. É preciso considerar que desde o início de sua formação, o fisioterapeuta com foco reabilitador precisa se readaptar teórica e tecnicamente para atendimentos voltados a promoção e prevenção em saúde, característica essencial da atenção primária. Tal entendimento aplica-se ao público PCD, onde o fisioterapeuta se insere na maioria dos casos no papel do tratamento das patologias já instaladas. Porém, esta população, assim como qualquer outro público especial necessita de ações voltadas para a prevenção e promoção da saúde, fato este, que contribui para a diminuição da sobrecarga do SUS e a busca onerosa por tratamentos curativos, uma vez que a prevenção se torna menos custosa e mais vantajosa para o poder público e para o indivíduo. Tendo em vista que o público PCD tem restrição de mobilidade e/ou cognitivas, a fim de evitar agravos é muito importante que sejam feitas orientações de prevenção e promoção de saúde em relação aos ambientes que geralmente não atendem as suas necessidades específicas. Investir em adaptações estruturais e conscientização pode não apenas contribuir para reduzir o risco de hospitalização, mas também diminuir os gastos públicos associados. Ações preventivas podem melhorar a qualidade de vida, evitar complicações de saúde

e, conseqüentemente, reduzir a necessidade de intervenções hospitalares onerosas. Além disso, promover a saúde dessas pessoas contribui para a inclusão social e a equidade no acesso aos cuidados médicos. Promover saúde em grupos com capacidades e limitações diferentes é um desafio que exige estratégias adaptativas e inclusivas a promoção da saúde em grupos heterogêneos requer uma abordagem educacional focada na saúde, que valorize a cooperação e a participação ativa dos membros do grupo. Esta abordagem é fundamental para o fortalecimento da cidadania e para a efetividade das intervenções de saúde em comunidades com diversas capacidades e limitações (SANCHEZ, 2018). Tomando como pressuposto que a pessoa com deficiência é definida como aquela que possui algum tipo de deficiência física, mental, sensorial ou cognitiva, o público PCD torna-se uma população heterogênea, onde, em um grupo, cada indivíduo evidenciará suas limitações e seus potenciais de diferentes formas. Sendo assim, envolvê-los em atividades de forma inclusiva e que abarque suas particularidades, torna-se um obstáculo que precisa ser trabalhado (SANTOS, AMORIM, 2023).

CONCLUSÃO Os desafios enfrentados pelo fisioterapeuta na atenção primária são complexos e importantes, especialmente ao lidar com o público PCD. Envolvem a alta demanda de reabilitação, restrições percebidas em suas ações e intervenções, além das dificuldades de adaptação desde a formação acadêmica, a falta de recursos e a necessidade de superar a concepção limitada da profissão. Entende-se que a atuação do fisioterapeuta na saúde coletiva demanda constante adaptação teórica e técnica, ou seja, uma formação qualificada, especialmente ao direcionar esforços para a promoção e prevenção em saúde, sendo essencial para o enfrentamento dos desafios cotidianos, impactando positivamente na qualidade de vida e reduzindo custos no setor público.

REFERÊNCIAS

ALVES, N. S. et al. Perspectivas sobre o trabalho do fisioterapeuta na atenção básica: uma revisão integrativa. **Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida - CPAQV Journal**, v. 12, n. 1, 2020.

Disponível em:

<https://www.cpaqv.org/revista/CPAQV/ojs2.3.7/index.php?journal=CPAQV&page=article&op=view&path%5B%5D=410> Acesso em: 12 Dez. 2023. Carvalho, V. L.; Oliveira, A. L. C. "Interface entre a saúde coletiva e a fisioterapia: avaliação da política educacional". **Fisioterapia Brasil**, v. 17, n. 4, p. 428-434, Jul.-Ago. 2016. Disponível em:

<http://portalatlanticaeditora.com.br/index.php/fisioterapiabrasil/article/view/515/1493>. Acesso em: 12 Dez. 2023 Carvalho, V. L.; Oliveira, A. L. C. "Interface entre a saúde coletiva e a fisioterapia: avaliação da política educacional".

Fisioterapia Brasil, v. 17, n. 4, p. 428-434, Jul.-Ago. 2020. Disponível em:

<http://portalatlanticaeditora.com.br/index.php/fisioterapiabrasil/article/view/515/1493>. Acesso em: 12.Dez.2023 MACEDO, Mariana Silva; ALMEIDA, Milena Maria Cordeiro de; ARCE, Vladimir Andrei Rodrigues. Desafios e perspectivas relacionados à ampliação do acesso da pessoa com deficiência à Atenção Básica. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 47, n. 1, p. 258-268, jan./mar. 2023. DOI: 10.22278/2318-2660. 2023.v47.n1.a3760. Disponível em: v. 47 n. 1 (2023) | Revista Baiana de Saúde Pública (sesab.ba.gov.br) Acesso em: 12 Dez. 2023

Ministério da Saúde. Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 abr. 2012. Disponível em:

<https://www.bing.com/search?q=MINISTERIO+DA+SAUDE+PORTARIA+793&cid=d1>

6e74722e464f2888984dd9bd82758e&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTI
GCAEQABhAMgYIAhAAGEAyBggDEAAYQDIGCAQQABhAMgYIBRAAGEAyB
ggGEAAYQ

IGCAcQABhAMgYICBAAGEDSAQkyNTM2OGowajSoAgCwAgA&FORM=ANABO 1&PC=SMTS Acesso em: 12 Dez 2023.

MISSEL, Aline; DA COSTA, Cassia ; SANFELICE, Gustavo Roese.

Humanização da Saúde e Inclusão Social no Atendimento de Pessoas com Deficiência Física. Trab. Educ. Saúde, **Artigo Article**. v. 15, n. 2, p. 487-504, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tes/a/HSSNKfb8rrF7tvNcSq8vvRP/?format=pdf> Acesso em: 12 Dez. 2023.

Nied, M. M., Bulgarelli, P. T., Rech, R. S., Buno, C. S., Santos, C. M., & Bulgarelli, A. F. (2020). Elementos da Atenção Primária para compreender o acesso aos serviços do SUS diante do autorrelato do usuário. **Cadernos de Saúde Coletiva**, 28(3), 362-372. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202028030434>. Acesso: www.semanticscholar.org/paper/Elementos-da-Atenção-Primária-para-compreender-o-do-Nied-ulgarelli/3a6c38c8f5e62451caff2cd42682afb122b23790. Acesso em: 12 Dez 2023.

Multidisciplinar no Acompanhamento de Crianças Portadoras De Fibrose Cística (FC) e Seus Familiares. **SEMPESq - Semana de Pesquisa da Unit - Alagoas**, [S. l.], n. 8, 2020. Disponível em:

https://eventos.set.edu.br/al_sempesq/article/view/13639. Acesso em: 14 nov. 2023.

SANTOS, Lilia Ferreira dos; AMORIM, Patrícia Brandão. Percepção dos usuários do serviço de fisioterapia em uma unidade de saúde do município de Pinheiros (ES), Brasil. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 3, n. 9, 2022. Disponível em:

<https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1888>. Acesso em: data de acesso: 12 Dez. 2023.

SILVA, A. C. C. DA, et al. Inserção do fisioterapeuta na estratégia de saúde da graduação. **Revista Brasileira de Saúde Funcional**, v. 8, n. 3, p. 87, 2020.

Disponível em: <https://adventista.emnuvens.com.br/RBSF/article/view/1203>
Acesso em: 12 Dez. 2023

SANCHEZ, Patrícia. Práticas Grupais e Promoção de Saúde: estratégias, contribuições e desafios. 2018. Dissertação (Mestrado em Saúde na Comunidade) - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, **Biblioteca Digital**. p. 64. 2018. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/17/17139/tde-09112018-110930/publico/PATRICIASANCHEZco.pdf>. Acesso em: 12 Dez. 2023.

SOUSA, G. V. A residência multiprofissional na efetivação da integralidade na Atenção Básica à Saúde – **uma revisão integrativa**. 2023. Disponível em:

<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/74325#:~:text=A%20metodologia%20utilizada%20foi%20a%20revis%C3%A3o%20integrativa%2C%20atrav%C3%A9s,dela%20para%20o%20fortalecimento%20da%20pol%C3%ADtica%20de%20sa%C3%BAde>

Acesso em: 12 dez. 2023.